

F SÉRIE S
FUNDAMENTOS

90

Maria Celina Soares D'Araújo

Professora-Adjunta de Ciência Política,
Departamento de Ciência Política, UFF
Pesquisadora do Cpdoc/FGV

O SEGUNDO GOVERNO VARGAS 1951-1954

Democracia, partidos e crise política

2ª edição

ea
editora ática

Sumário

Prefácio de Rômulo Almeida _____	7
Introdução _____	16
Plano do livro _____	16
1. Em busca do elo perdido: o Governo Vargas e a democracia da década de 1950 em retrospectiva _____	20
Alianças incompetentes e o fracasso da política de conciliação _____	22
O apartidarismo do poder no Brasil _____	26
Descaminhos de um Governo _____	28
2. Perfil de uma situação de crise política _____	34
O Governo e a instabilidade política _____	36
3. Consenso, competição ou veto? A dinâmica do sistema partidário frente à sucessão presidencial de 1951 _____	42
Partidos e regionalismo político no contexto sucessório _____	46
<i>São Paulo e Minas Gerais: dispersão e ordenação partidária</i> _____	51
<i>O acordo interpartidário</i> _____	53
<i>Permanência e predominância do getulismo</i> _____	55
Militares autorizam a disputa política _____	57
Candidatura militar e a busca de uma solução consensual e apartidária _____	61
Consenso ou competição? Tentativas de “união nacional” _____	62
<i>A “fórmula Jobim”: união de partidos</i> _____	64
<i>A “fórmula mineira”: união com Minas apesar dos partidos</i> _____	66
<i>PSD e UDN e a decisão por candidatos próprios</i> _____	68

Vargas e Ademar: a aliança populista como alternativa ao consenso interpartidário _____	72
A vitória de Vargas _____	78
Anexo I _____	81
Anexo II _____	82
Anexo III _____	83
Anexo IV _____	85
4. A política institucional e o discurso eleitoral de Vargas _____	91
A ausência de compromissos políticos institucionais _____	93
Formas legítimas de participação: trabalhismo e estrutura sindical _____	97
A defesa econômica dos interesses da nação _____	103
Conciliação entre os interesses externos e os imperativos nacionais _____	108
Considerações finais _____	110
5. O momento governamental: na busca da conciliação, o caminho da crise _____	116
Empossar os eleitos: uma dúvida sempre renovada _____	117
Política de conciliação: a formação do gabinete ministerial _____	118
A reforma ministerial: uma interpretação alternativa à tese das “duas fases do Governo” _____	127
Vargas contra o regime: a eficácia do argumento _____	138
O regime sem Vargas: considerações finais _____	142
6. Contradição ou coerência: análise de algumas políticas governamentais _____	148
A Assessoria Econômica e o eixo nacionalista _____	151
A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico e a colaboração externa ao desenvolvimento nacional _____	156
<i>IV Reunião de Consulta</i> _____	157
<i>Comissão Mista Brasil-Estados Unidos</i> _____	160
O Acordo Militar _____	168
Observações finais _____	180
7. O legado de Vargas _____	186
Elitismo populista e instabilidade política _____	187
Populismo getulista, trabalhismo e nacionalismo _____	191
8. Bibliografia _____	195

Prefácio

Depois de longo período de censura oficial, de repúdio udelista e de desdém da esquerda, volta o interesse pela figura de Getúlio Vargas. Particularmente pelo seu último Governo e a crise que culminou na tragédia final. Tendo sido a presença mais demorada no poder em toda a história do Brasil, excetuado o efetivo poder de D. Pedro II, marcou uma época de mudanças (*antes e depois* de 1930), talvez inevitavelmente caracterizada por grandes contradições. A vida é contraditória. E a tragédia que pesponta a vida não encontra solução lógica. Todas as razões, portanto, para Vargas ser controvertido mesmo longe de sua morte.

Vitorioso com a Revolução de 30, interpretou insatisfações das classes médias urbanas, inclusive dos militares inquietos com a falsidade eleitoral, e dos trabalhadores. Contrariou muitos interesses tradicionalmente arraigados. Moveu-se, com os tenentes de 30, contra as oligarquias estaduais cujo autonomismo ameaçava fragmentar o mercado nacional que a indústria nascente exigia integrado.

A crise de 29-30 pôs a nu a fragilidade da economia exportadora baseada no café e outros produtos primários, a qual tinha correspondência na autonomia dos estados e na política dos governadores. A reconversão da economia para o mercado interno, expressa na substituição de importações industriais e também agrícolas — a qual, antes de ser uma política intencional, vinha sendo ditada pela

míngua na capacidade de importar —, reclamava que a unidade do país fosse colocada acima dos pruridos estaduais; e que a serviço de uma expansão e reserva do mercado interno se colocasse toda uma mobilização ideológica, um simbolismo político e uma efetiva centralização do poder. Vargas foi um intérprete dessa necessidade histórica, mais que o autor ou o beneficiário da centralização.

O nacionalismo de Vargas também apresentava o aspecto externo da defesa contra o domínio do capital estrangeiro, embora fosse inteligentemente um incentivador da imigração e um promotor da diversificação do próprio capital estrangeiro, para que se atenuasse a influência norte-americana. Apoiou a burguesia industrial ao mesmo tempo que desenvolveu o crédito à agricultura; patrocinou a ampliação das garantias dos trabalhadores e estabeleceu o salário mínimo, ao tempo de sua instituição, um salário vital para uma família mediana de trabalhador.

Tudo isso lhe granjeou apoios e até reverências míticas e místicas. Mas, apesar da excepcional capacidade pessoal de desarmar adversários, também suscitou muita raiva, que ora emudecia, ora espumava, pelos mitos de longa tradição que foram rotos.

A combinação do manejo político com decisões econômicas e administrativas de impacto era característica do desempenho getuliano. Seu uso do poder era cauteloso no sentido de assegurar-se das informações que o colocassem à realidade, mas não tímido face aos riscos calculados que as decisões poderiam provocar. Em regra, buscava burocraticamente (no sentido weberiano) justificação técnica. E jogava nas possibilidades de êxito político. Era como se fosse o próprio na sua prática do poder topar o desafio de viabilizar politicamente o que lhe parecia o melhor possível para o país. Nesta linha, Getúlio, tanto quanto pude perceber, não tinha idéias obstinadas (transcendia a espécie vulgar de gente que julga que poder traz sabedoria), não tinha tampouco compromisso ideológico, mas era aberto e mesmo ávido de mostrar-se atual, sensível ao novo, à reforma, ao jovem, ao trabalhador, ao cientista e ao empresário realmente empresário. Não se esqueçam que naquele seu tempo de jovem deu a um filho o nome provocador de Lutero.

Seria esse o lado positivo de sua personalidade. Mas havia o lado negativo; ou este teria sido o preço que teve que pagar para assegurar sustentação política ou alcançar a trégua das poderosas forças militares e civis, forças internas e externas, cuja oposição radical lhe poderia ser fatal, como foi na conjuntura de 1954. Por aí vem a repressão brutal que ele permitiu contra os comunistas.

Logo a ditadura do Estado Novo, para a qual invocava as ameaças do comunismo e do integralismo, bem como do choque sangrento entre os “extremismos”. A repressão, nos tempos bravos, não chegava porém a radicalizar-se. Era amenizada pela própria técnica de cooptação ou silenciamento digno dos adversários. Não impunha conversão, apenas que não estivessem agindo contra.¹

Inevitável seria, porém, a resistência ao seu personalismo tutelar e populista. Na sua época e depois. Comunica-se diretamente com as massas, abolindo o intermédio dos partidos. Seria consequência da tradicional ilegitimidade dos partidos, ou pelo contrário, o vezo personalista e populista de querer deles libertar-se? Ou o fato de ser Vargas uma liderança que não fugiu da tradicional inclinação das elites brasileiras para o consenso intra-elites, ou a colocação de supostos interesses gerais acima das divisões, dos partidos e outros interesses supostamente particularistas?

Coloco-me ideologicamente na posição de considerar a organização partidária um elemento essencial ao progresso social. A representação regular dos interesses sociais leva aos regimes estáveis, graças ao confronto normal e ordenado daqueles. Assim, não estou longe de assentir que, quanto mais forte uma liderança, mais negativa, se colocar-se acima e contra os partidos, posto que mais contribui para retardar essa organização política indispensável.

Essa parece ser a conclusão, sobre Getúlio, de Maria Celina Soares D’Araújo que, explorando os ricos arquivos do Cpdoc, da FGV, escreveu este importante estudo sobre o segundo Governo Vargas.

Suponho que este foi muito diferente do Governo ou Governos anteriores de Vargas. O tempo, as circunstâncias eram diversos. A experiência passada do personagem vinha de uma calma revisão no isolamento dos pampas. Mas confesso que não sou muito informado sobre o primeiro período de 15 anos. Fui durante todo esse tempo adversário político. Acompanhava avidamente tudo pela imprensa e alguma literatura andei lendo. Cheguei a funcionário modesto do IBGE e depois, por concurso, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, onde alcancei, continuando adversário político declarado (o que merece ser acentuado), o posto de colaborador do Ministro Marcondes Filho, na tentativa de um planejamento

¹ No segundo Governo, a respeito de um eminente técnico e comunista declarado que eu havia chamado para servir na assessoria do Catete, Getúlio mandou-me dar o seguinte recado ao Gen. Ciro do Espírito Santo Cardoso, chefe do Gabinete Militar (diante da denúncia de um oficial inferior): “É melhor que ele esteja aqui dentro trabalhando para nós do que lá fora contra”.

para o pós-guerra, em 1944. Entretanto, minha falta de tempo para a história do passado, antes e depois de participar do segundo Governo Vargas, faz com que meu depoimento sobre o primeiro e longo período e sobre o desempenho de Vargas nele seja muito falho. Mais ainda: conquanto haja me “convertido” só em 1950 (em uma carta aberta ao dirigente do PTB na Bahia, depois Senador Landulfo Alves, desprezando interesses imediatos) à corrente dos que, embora não “queremistas”, antes advertindo contra o personalismo, reconheciam o papel histórico positivo de Getúlio Vargas, suponho que fui escolhido no começo de fevereiro de 1951 para seu assessor, na qualidade de técnico e não pelo critério de fidelidade política pessoal. Acentuo essa circunstância porque me parece que tal não ocorrera no primeiro Governo. Este segundo Governo teria sido diferente não apenas porque não havia condições para a ditadura e o líder estava advertido contra ela,² mas também por um possível ceticismo de Getúlio, nutrido no exílio de São Borja, sobre o jogo do poder e a prática política que não permitia uma mudança maior no estado de pobreza do Brasil. E ainda mais, pelo sentimento, se não convicção, de que, não contando com um sólido apoio político parlamentar, só lhe restava tentar impor-se através de uma vigorosa e vibrante obra administrativa.

A vitória eleitoral do presidente fora sensacional, mas não teve relação com o resultado da eleição para o Congresso. As concessões precisavam ser muito grandes para manter a tranqüilidade do sistema de poder; e implicariam minar seriamente a eficiência da administração no cumprimento dos compromissos da campanha eleitoral.

A grande contradição, para um governo sem esse esteio político e desejoso de comunicação direta com a massa, foi não usar os instrumentos publicitários, com exceção do modesto apoio da *Última Hora* e das rádios do Governo. Isso foi patentemente irrealístico. Talvez se devesse ao receio da aguerrida censura política ao possível restabelecimento do DIP,³ tanto de parte da oposição política quanto da grande imprensa, a serviço de interesses contrariados pelo Governo. Conseqüência dessa omissão é que Vargas foi vítima do uso dos mídia contra ele. A conspiração de 1954 foi em grande parte uma obra-prima de manipulação dos meios de comunicação, que conseguiu dar relevo a personalidades secundárias,

² Quando Carlos Lacerda denunciava o desejo de Getúlio Vargas de novamente transformar-se em ditador, o presidente um dia me confidenciou: “Essa gente não sabe o que é ser ditador. O ditador é um prisioneiro dos quatro generais de dia”.

³ Departamento de Imprensa e Propaganda, do “Estado Novo”.